
**O INCÔMODO DAS “LETRINHAS”:
FLUXOS E CONTRAFLUXOS DO DEBATE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO
ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

**THE DISCOMFORT WITH "LITTLE LETTERS":
FLOWS AND COUNTERFLOWS OF THE DEBATE ON GENDER AND SEXUALITY IN EMERGENCY
REMOTE EDUCATION**

**LA MOLESTIA DE LAS "LETRAS":
FLUJOS Y CONTRAFLUJOS DEL DEBATE SOBRE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LA ENSEÑANZA
REMOTA DE EMERGENCIA**

Francisco Vieira da Silva¹

RESUMO

O texto analisa as relações de poder e as estratégias de resistência que margeiam o debate sobre gênero e sexualidade na escola, particularmente a partir da emergência do chamado ensino remoto emergencial, tomando como norte discursos acerca do caso de um aluno de uma escola pública da cidade Campinas, interior de São Paulo, que foi hostilizado num grupo de *WhatsApp*, ao sugerir fazer um trabalho com a temática LGBTQIA+. Para subsidiar teoricamente essa discussão, busca-se amparo nas elucidações de Foucault (2008; 2010) acerca do discurso, do saber, do poder, da resistência e da verdade. No tocante à metodologia, este trabalho segue uma abordagem descritivo-interpretativa de natureza qualitativa. As análises pontuam que a hostilidade sofrida pelo discente insere-se no esteio de relações de poder, aliadas ao avanço do conservadorismo no campo político, que suscitaram estratégias de resistência, as quais fizeram emergir medidas que buscaram reordenar a atuação da escola na abordagem das questões de gênero e sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Gênero. Sexualidade. Ensino remoto.

ABSTRACT

The text analyzes the power relations and resistance strategies that surround the debate about gender and sexuality in school, particularly from the emergence of the so-called emergency remote education, taking as north discourses about the case of a student from a public school in Campinas, São Paulo, who was harassed in a WhatsApp group, when he suggested doing a work with the LGBTQIA+ theme. In order to theoretically support this discussion, we seek support in Foucault's elucidations (2008; 2010) about discourse, knowledge, power, resistance and truth. Regarding methodology, this work follows a descriptive-interpretative approach of a qualitative nature. The analyses point out that the hostility suffered by the student is inserted in the wake of power relations, coupled with the advance of conservatism in the political field, which gave rise to resistance strategies, which led to the

Submetido em: 26/06/2021 – **Aceito em:** 01/10/2021 – **Publicado em:** 28/04/2022

¹Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

emergence of measures that seek to reorder the performance of the school in addressing issues of gender and sexuality.

KEYWORDS: Discourse. Gender. Sexuality. Remote Education.

RESUMEN

El texto analiza las relaciones de poder y las estrategias de resistencia que bordean el debate sobre género y sexualidad en la escuela, particularmente a partir de la emergencia de la llamada enseñanza remota de emergencia, tomando como norte discursos acerca del caso de un alumno de una escuela pública de la ciudad Campinas, interior de São Paulo, que fue hostilizado en un grupo de WhatsApp, al sugerir hacer un trabajo con la temática LGBTQIA+. Para subsidiar teóricamente esa discusión, se busca amparo en las elucidaciones de Foucault (2008; 2010) acerca del discurso, del saber, del poder, de la resistencia y de la verdad. En cuanto a la metodología, este trabajo sigue un enfoque descriptivo-interpretativo de naturaleza cualitativa. Los análisis puntualizan que la hostilidad sufrida por el estudiante se inserta en el pilar de relaciones de poder, aliadas al avance del conservadurismo en el campo político, que suscitaron estrategias de resistencia, las cuales han hecho surgir medidas que buscan reordenar la actuación de la escuela en el abordaje de las cuestiones de género y sexualidad.

PALABRAS CLAVE: Discurso. Género. Sexualidad. Enseñanza remota.

INTRODUÇÃO

Este texto parte da análise de um caso que tomou proporções midiáticas no espaço da *web*, para refletir sobre os embates que perpassam o debate sobre gênero e sexualidade na escola, mais especificamente em tempos de ensino remoto emergencial. O caso a que nos referimos diz respeito à hostilidade sofrida, em 11 junho de 2021, por um aluno de onze anos de idade de uma escola pública da cidade de Campinas, no interior do estado de São Paulo. Na ocasião, o discente foi constrangido por pais e por agentes da escola num grupo de *WhatsApp*, ao sugerir fazer um trabalho sobre o mês do orgulho LGBT², celebrado em junho. Além de receber uma ligação da coordenadora da escola, o aluno foi ameaçado ser expulso do grupo da turma do 6º ano do ensino fundamental, caso não apagasse a mensagem em que menciona a temática LGBTQIA+.

O caso só veio à tona, porque a família do garoto resolveu fazer um Boletim de Ocorrência (BO) junto à Secretaria de Segurança Pública (SSP), para denunciar a agressão, tendo em vista os danos causados ao aluno, do ponto de vista moral e psicológico. A irmã do discente fez um *post* de indignação numa rede social e isso desencadeou uma reação imediata na *web*, gerando uma efervescência de discursos e reivindicações, a fim de que a escola e, por extensão, o estado de São Paulo pudesse se retratar da situação ocorrida, bem como apurar os fatos e punir os agentes públicos envolvidos. Dias depois, a diretora pediu desculpas, mas uma portaria emitida pela Secretaria Estadual de Educação, de 17 de junho de 2021, determinou o afastamento dessa

² O aluno emprega a sigla dessa forma na mensagem de WhatsApp enviada. Não obstante, para tentar abranger o raio de alcance dos significados das letras, utilizaremos a sigla nos seguintes moldes: LGBTQIA+.

profissional de suas atividades na escola. De acordo com uma matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo, o Ministério Público foi acionado e instaurou um procedimento chamado Notícia de Fato e deu um prazo de cinco dias para que a escola pudesse justificar o episódio. Ainda conforme o jornal, a Secretaria de Educação emitiu uma nota lamentando o fato e se comprometeu a esclarecer o caso.

A singularidade desse fato está atrelada sobremaneira às vicissitudes do ensino remoto emergencial, tendo em vista que, nestas circunstâncias, os pais acabam sendo mais vigilantes em relação à execução das tarefas escolares dos filhos, notadamente quando se trata de crianças pequenas. Todavia, as atitudes de censura à discussão sobre gênero e sexualidade na escola precedem a pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual, como sabemos, afastou os discentes dos espaços físicos e formais de aprendizagem. Entendemos que essa interdição se articula de modo tenaz à onda conservadora, por meio da atuação de grupos organizados como o Escola sem Partido, responsável, dentre outras ações, pela retirada do termo “gênero” do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014; pela disseminação de Projetos de Lei aprovados por parlamentares de Câmaras Municipais de diferentes cidades do país, os quais proibiam a inserção da chamada da “ideologia de gênero” na escola; pela difusão de boatos concernentes à sexualidade, como o chamado “kit-gay”, levado a cabo pelo candidato Jair Bolsonaro (PSL), nas eleições gerais de 2018, que, em grande medida, levou-o à vitória do pleito.

Após a assunção desse político, adentram o espaço governamental, de maneira incisiva, elementos de uma guerrilha cultural que busca defenestrar a chamada “ideologia de gênero” de todas as esferas sociais, em especial, da escola e dos produtos culturais³, pois, segundo essa visão, trata-se de um mal a ser combatido e que fora implantado por governos de esquerda e por professores supostamente doutrinadores. Contrapondo-se a essas visões rasteiras, Bortolini (2020, p. 24) elucida da seguinte forma: “Falar sobre gênero na escola não tem nada a ver com doutrinação. Ao contrário, é um convite à reflexão, ao pensamento crítico, ao que nos faz questionar aquilo que parece óbvio e construir uma perspectiva autônoma para além das ‘ideologias’ que nos foram ensinadas desde a infância”.

Nessa perspectiva, situamos o caso do discente de Campinas como um exemplo de um embate discursivo instaurado em torno das questões de gênero e de sexualidade no espaço escolar. Assim, vislumbra-se, por um lado, o arrefecimento de setores conservadores, mormente atrelados ao campo da religião cristã, que visam a interditar a reflexão sobre gênero e sexualidade, concebidos como um perigo para a formação dos jovens, pois, segundo tais posicionamentos, certos aspectos, como a sexualidade, situam-se no domínio do privado e devem ser tratados sob o prisma da família e da igreja; por outro lado, vêm à tona a defesa da necessidade de se abordar a diversidade sexual na instituição escolar, porque, a partir disso, pode-se criar uma cultura do respeito às diferenças e de valorização da cidadania. Certamente também se faz preciso pontuar que o respeito, por si só, não é suficiente, sendo necessária a

³ Pode-se citar aqui certa institucionalização de mecanismos responsáveis pela contínua supressão de filmes, livros e outros produtos culturais de temática LGBT de editais públicos e de ações de fomento.

problematização de uma norma que desqualifica corpos, gêneros e sexualidades dissidentes. Conforme enfatizam Amaro, Couto Junior e Ganem (2021), convém formar sujeitos cidadãos que possam reconhecer e legitimar a multiplicidade de formas de ser/existir. Para tanto, os que se ancoram neste argumento buscam respaldo nos diferentes documentos e leis que normatizam a educação brasileira e que orientam a inserção de temas transversais, como gênero e sexualidade. Na constituição dessas forças, que se digladiam acerca do que deve ou não ser ensinado e/ou discutido no espaço escolar, erigem-se relações de poder e estratégias de resistência, por meio dos quais é possível observar um sucessivo embate entre pertencimentos religiosos, posições reacionárias, posicionamentos progressistas e concepções díspares acerca da função social da escola. Por esse motivo, referimo-nos, no título deste texto, a fluxos e a contrafluxos, porquanto se trata de um contínuo ligítio por meio do qual se erguem diferentes projetos políticos, marcados, sobremaneira, pela incessante entronização de interesses obscuros no campo do debate público educacional brasileiro e a premência em defender os princípios legais a partir dos quais a educação no país precisa se organizar.

O objetivo deste texto consiste em analisar, tomando como ponto de ancoragem o caso antes aludido, as relações de poder e as estratégias de resistência que margeiam o debate sobre gênero e sexualidade na escola, particularmente a partir da emergência do chamado ensino remoto emergencial. Para tal, investigamos, tendo como norte os estudos discursivos, dizeres variados acerca do caso do aluno de Campinas, desde materialidades jornalísticas veiculadas no G1, Folha de S. Paulo e Correio Braziliense até postagens no *Twitter*, coletadas no mês de junho de 2021.

Para subsidiar teoricamente essa discussão, buscamos amparo nas elucidações de Foucault (2008; 2010) acerca do discurso, do saber, do poder, da resistência e da verdade. Além disso, retomamos autores que se dedicam a perscrutar as condições históricas que fazem irromper a “ideologia de gênero” e os impactos no campo educacional, tais como Barzotto e Seffner (2020), Brandão e Lopes (2018) e Cotta e Pocahy (2018). No tocante à metodologia, este trabalho segue uma abordagem descritivo-interpretativa de natureza qualitativa, pelo fato de descrever e interpretar o fenômeno em estudo, considerando as especificidades da realidade social recortada. Segundo Ghedin e Franco (2011), na pesquisa qualitativa em educação, a realidade é compreendida como algo formado por múltiplas representações e significações. No caso do objeto deste estudo, veremos que o embate sobre gênero e diversidade na escola é atravessado por uma série de aspectos. Na seção que segue, refletimos acerca de alguns conceitos considerados fundamentais para a análise a ser desenvolvida.

Notas acerca do discurso, saber, poder, resistência e verdade

Para Foucault (2010), o discurso pode ser compreendido como um conjunto de enunciados⁴ que derivam de uma mesma formação discursiva⁵. Entendido como uma prática que constrói os objetos de que fala, o discurso está congenitamente aliado a relações de saber e de poder, razão pela qual se trata de um elemento que está sob constante disputa. Na obra *A ordem do discurso*, fruto da aula inaugural do autor no Collège de France, Foucault (2009, p. 10) aponta que o discurso é não somente o que traduz as lutas ou mesmo os sistemas de dominação, senão “aquilo por que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Sendo assim, o pensador francês arrola uma série de mecanismos existentes, segundo ele, em todas as sociedades, com o objetivo de distribuir, regular, controlar e organizar os discursos. Dentre os mecanismos enumerados, centremos o foco sobre os chamados procedimentos de exclusão, especialmente sobre a interdição. De acordo com Foucault (2009), não se pode falar tudo, não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância e qualquer um não pode falar o que quiser. Pelo menos três tipos de interdição se entrecruzam, quais sejam: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado e exclusivo do sujeito que fala.

Levando em conta as particularidades deste trabalho, enfocaremos, de modo mais específico, o tabu do objeto. Para Foucault (2009), certos temas, como a sexualidade e a política, evidenciam os procedimentos de exclusão, pois se trata de zonas onde as grades são mais cerradas, nas quais o discurso parece mostrar os seus temíveis poderes. Daí a premência em cercear o debate acerca dessa questão e autorizar quem pode ou não sobre isso falar, de maneira a demonstrar como as relações de saber-poder atuam sobre os discursos em torno do gênero e da sexualidade. Noutros termos, indagamos: que instâncias estariam autorizadas a discorrer acerca da sexualidade? Qual o perigo de se discutir essa problemática no ambiente escolar? As crianças e jovens não seriam sujeitos de sexualidade? Seria a escola uma ilha isolada das demandas sociais? Por que se faz preciso censurar? Em que medida a proibição pura e simples é suficiente ou necessária?

A resposta a essas questões, embora algumas delas sejam retóricas, recortam o funcionamento das relações de saber e de poder, que são trazidas a lume através do discurso. O saber, conforme Foucault (2010), corporifica-se por meio de determinados posicionamentos inscritos no interior de uma prática discursiva e abrange desde elementos advindos das instituições científicas, bem como os que não se vinculam ao campo científico. Noutras palavras, o saber constitui tudo que pode ser enunciado no âmbito de uma prática discursiva, isto é, de um conjunto de regras históricas as quais fornecem condições de existência para os discursos e os sujeitos. Ponderando sobre isso, Revel (2005, p. 77) assinala: “[...] o saber designa [...] o processo pelo qual o sujeito

⁴ Na obra *Arqueologia do Saber*, publicada originalmente na França, em 1969, Foucault (2010) conceitua o enunciado como a unidade mínima de análise, como o átomo do discurso, como o elemento basilar na constituição do discurso.

⁵ Trata-se, conforme o filósofo francês, de um conjunto de regularidades, expressas sob a forma de certas escolhas temáticas, tipos de objetos, de estratégias e de enunciação que podem ser flagradas no âmbito de um regime de dispersão.

do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer”.

Acerca do binômio saber-poder, Foucault (2011) esclarece que a noção de saber foi mobilizada com o intento de se afastar de dicotomias do tipo entre científico e não científico, verdadeiro e falso e ilusão e realidade, geralmente empreendidas por análises matizadas pela perspectiva conceitual da ideologia. O saber, de acordo com esse autor, permite pensar em práticas constitutivas de objetos e de conceitos no interior dos quais se pode ponderar acerca das oposições antes referidas. Já o conceito de poder visava a proceder a uma analítica que pudesse superar concepções de poder que o inseriam apenas no campo da repressão, da lei e do contrato. A ligação entre saber e poder, de acordo com o pensamento foucaultiano, é constitutiva. Segundo Foucault (1999), não há espaço de poder que não preconize um efeito de saber e o inverso é igualmente válido. Assim, as relações de poder mobilizam saberes e a emergência de um dado saber emerge a partir de uma conjuntura de poder específica na produção dos discursos.

Quando Foucault (1995) desenha a sua proposta de análise de poder, o autor postula a seguinte constatação: o poder está em toda a parte, mas não porque engloba tudo, senão pelo fato de advir de todos os lugares. Quer dizer, o poder é capilar e não se localiza numa figura específica ou numa dada instituição, embora, em momento algum, Foucault (1995) relativize o poder advindo das instituições, bem como as diversas formas de opressão, especialmente porque determinadas modalidades instrumentais balizam-se a partir de ameaças e coerções. No entanto, a analítica do poder defendida por esse pensador busca ampliar o horizonte de percepção em torno das tecnologias de poder, as quais não apenas impelem, proibem, dificultam ou barram, mas também incitam, estimulam e produzem. Noutros termos, o autor advoga em favor de uma determinada positividade do poder e amplia o escopo para examinar o funcionamento de microrrelações de poder presentes em todas as relações sociais. Na voz de Foucault (2008, p. 8), “[...] Deve-se considerá-lo [o poder] como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem como função reprimir”. Conforme Foucault (2006), há milhares de relações de poder e isso fermenta uma infinidade de embates e de pequenas lutas.

Essas lutas, segundo o prisma foucaultiano, são resultantes do fato de o poder ser exercido por meio de ações que atuam sobre outras ações. Quer dizer, o poder não incide de modo direto e abrupto sobre um corpo ou um sujeito, sem dar a oportunidade de reagir, em maior ou menor grau. Eis a diferença substancial entre poder e violência, de acordo com Foucault (1995). Enquanto esta submete, quebra e destrói e fecha as possibilidades, aquela se articula entre dois polos que são essenciais e o “outro” do poder é um sujeito de ação para o qual se abre todo um campo de ação e de resposta possível. Disso derivam, portanto, as estratégias de resistência, pois as relações de poder caracterizam-se por uma agonística. Para Foucault (2006), a resistência é múltipla e integrável a estratégias globais e se forma onde se exercem as relações de poder. Ao falar sobre essa questão, Foucault (2006) emprega o termo “agitação perpétua e multiforme”, com o fito de evidenciar que se trata de uma conjunção de forças cuja dinâmica implica uma atuação que nunca cessa.

Nessa medida, é preciso clarificar: a resistência não implica o fim ou a anulação do poder. Pelo contrário, a resistência permite rearranjos e reagrupamento das relações de poder. De acordo com Albuquerque Junior (2015), Foucault deslocou o olhar do Estado como sendo o detentor do poder e mostrou que grande parte de nossos aprisionamentos e repressões ocorrem num nível abaixo da instituição estatal e, em grande parte, à revelia dela. Dito de outra forma, o autor francês não propôs um modelo societário em que o poder inexistiria ou em que as estratégias de resistências suplantariam os efeitos do poder. Nas palavras de Albuquerque Junior (2015, p. 212): “[...] [Foucault] nunca foi um pensador das utopias, nunca acreditou em formas de organização social perfeitas, imunes ao poder e as seus excessos e crimes”. Seguindo essa percepção, o poder e a resistência estão intrinsecamente interligados e, enquanto faces de uma mesma moeda, o funcionamento de uma delas condiciona-se à existência da outra.

As relações de poder, seguindo a analítica foucaultiana, engendram a manifestação da verdade. Esta é conceptualizada não como uma entidade transcendental, abstrata e inefável, mas como uma prática produzida graças a inúmeras coerções evidenciando, assim, a assunção de uma política da verdade, ou um regime de verdade, existente, de acordo com Foucault (2008), em todas as sociedades. Essa política da verdade, segundo a compreensão foucaultiana, envolve os tipos de discurso que são acolhidos como verdadeiros, os mecanismos e instâncias responsáveis pela diferenciação de enunciados verdadeiros dos falsos, as técnicas e os procedimentos demandados para a obtenção da verdade, bem como o estatuto daqueles que têm a legitimidade de definir o que funciona (ou não) como verdadeiro. Conforme Foucault, há uma economia da verdade que se expressa por meio das seguintes características: a) articula-se com o discurso científico e com as instituições que o produzem; b) submete-se a uma permanente incitação econômica e política; c) circula fortemente por meio de estratégias de difusão e de consumo; d) é veiculada sob a regulamentação de determinadas instâncias sociais, como a escola, os meios de comunicação, o Exército, dentre outras; e) é alvo de dissensões e de debate político.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (2009) emprega o termo *vontade de verdade* para designar um procedimento de controle dos discursos que, ao se apoiar sob um suporte institucional, tende a exercer sobre outros discursos um poder de coerção e de pressão. Atualizando a reflexão do autor francês, Sargentini e Carvalho (2021) defendem a tese segundo a qual nos últimos anos, especialmente a partir do desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais de comunicação, os regimes de verdade passaram por mudanças indisfarçáveis, graças, sobretudo, às modificações suscitadas nos mecanismos de verificação da veracidade dos discursos. Para os autores, “[...] a proliferação de notícias contestáveis, de enunciados produzidos em situações de falso contexto ou de falsas conexões atendem a vontades de verdade sustentadas pelo mercado, pelos grupos religiosos, pelos poderes dominantes” (SARGENTINI; CARVALHO, 2021, p. 76). A despeito de não aprofundarmos aqui a discussão sobre a problemática da pós-verdade⁶, não podemos nos furtar de sinalizar que o pânico moral (MISKOLCI, 2017; COTTA; POCHAY, 2018) criado por meio do fantasma da “ideologia de gênero” alicerça-se inteiramente num processo deliberado de produção e de circulação de dizeres desinformativos

⁶ Sugerimos a leitura de Curcino, Sargentini e Piovezani (2021).

e distorcidos, como mencionamos alhures (SILVA; SILVA JÚNIOR, 2021), criados por interesses de grupos políticos e religiosos, que buscam impedir a discussão sobre gênero e sexualidade na escola e, por extensão, fortalecer a intolerância aos dissidentes do padrão cisheteronormativo. No tópico que segue, analisamos, de modo mais detido, o caso do discente de Campinas.

“Letrinhas” que incomodam: sobre o caso de Campinas

Para analisar a hostilidade perpetrada contra o discente da escola pública de Campinas, julgamos conveniente situar como a modalidade do ensino remoto emergencial possibilitou às famílias, ainda que com dificuldades, de participar mais da vida escolar dos filhos e, de algum modo, vigiar tudo que aconteceria nos limites da sala de aula. Após a deflagração do estado de pandemia, decretado pela OMS, em março de 2020, as escolas, assim como outros lugares em que se poderiam aglomerar pessoas, foram fechados em todo o território brasileiro, pois se tratava de ambientes potencializadores para a disseminação do vírus. As medidas encontradas pelas diversas redes de ensino variaram, conforme a disponibilidade de utilizar as tecnologias digitais. Enquanto na rede privada, de modo geral, houve uma adesão considerável em relação ao emprego de tecnologias virtuais para facilitar a comunicação entre alunos e professores, no âmbito da educação pública, tendo em vista a diversidade do público atendido e a dificuldade no acesso à *internet*, ocorreu uma acentuada heterogeneidade no uso de metodologias de ensino e de recursos, tais como a entrega de materiais impressos nas escolas, a utilização da televisão, bem como o uso do celular ou computador, especialmente a partir da criação de grupos em aplicativos de envio de mensagens instantâneas, como o *WhatsApp*.

De acordo com Souza *et al* (2020), fato de o Ministério da Educação (MEC) ter autorizado a instituições de ensino a utilizarem ferramentas diversas para dar prosseguimento às atividades educativas prescindindo da presença física engendrou uma modalidade de ensino vulgarmente denominada de ensino remoto emergencial, a qual se distingue de modelos já instituídos como a Educação a Distância (EaD), em que há toda uma legislação específica, metodologias de aprendizagem delineadas, formas particulares de mediação pedagógica, de controle das atividades e de avaliação. Comungamos do pensamento de Almeida (2021), quando defende que são modos de ensino distintos, embora ambos compartilhem da ausência da presença física. O ensino remoto emergencial irrompeu num contexto de excepcionalidade e, em razão disso, careceu de um planejamento mais elaborado que pudesse levar em conta as singularidades dos discentes e de suas famílias (FERGET *et al.*, 2020; LUNARDI *et al.*, 2021).

É a partir dessas condições sociotécnicas que vislumbramos o ataque sofrido pelo aluno de Campinas, conforme vemos nos excertos a seguir, retirados de materialidades jornalísticas.

Um estudante de 11 anos foi criticado num grupo de *WhatsApp* na Escola Estadual Aníbal de Freitas, em Campinas (SP), após sugerir um trabalho com o tema LGBT. Assim que mandou a mensagem, o aluno foi atacado por pais de alunos e por dois funcionários da escola que disseram que a ideia era absurda (G1, 2021, s.p).

Sexta-feira (11), fim da tarde. Um aluno de 11 anos do sexto ano de uma escola pública de Campinas, interior de São Paulo, propõe um trabalho com o tema de tarefa escolar para a classe, num Grupo de *WhastApp* criado pela direção da unidade. “Que tal a gente fazer um trabalho sobre o mês lgbt etc. Eu acho uma boa ideia” (FOLHA DE S. PAULO, 2021, s.p).

A noite de sexta-feira (11/06) começou de uma forma que Lucas não imaginava. Ao interagir com professores e colegas que decidiam o tema sobre um trabalho que fariam, ele viveu o preconceito na pele. Os ataques foram feitos após o aluno sugerir, no grupo de *WhastApp* da turma do 6º ano a que pertence, a produção de um trabalho com o tema LGBTQIA+, em razão do mês do Orgulho LGBT, celebrado em junho em todo o mundo. Pouco depois de mandar a mensagem, Lucas foi repreendido por pais e responsáveis, também integrantes do grupo, que chamaram a ideia de “absurda” e de “desnecessária” (CORREIO BRAZILIENSE, 2021, s.p).

Ao refletir acerca da vigilância a partir do advento das tecnologias digitais, Bruno (2013) enfatiza que vivemos uma configuração societária em que todos vigiam todos, diferentemente de outros modelos nos quais poucos vigiavam muitos e vice-versa. Com efeito, podemos constatar que o fato de os pais e responsáveis dos alunos e da direção da escola estarem no grupo da turma foi determinante para a interdição da sugestão dada pelo aluno. O registro temporal preciso da mensagem é recuperado pelas materialidades jornalísticas, bem como o efeito imediato da agressão, o que nos mostra, portanto, a instantaneidade da comunicação via tecnologias digitais. Essa mudança brusca da presencialidade física escolar para o campo virtual provocou certo esvaziamento temporal da educação (CARVALHO, 2020). Vejamos, portanto, que o tempo escolar acabou por ser matizado pela lógica do tempo síncrono de envio e recebimento de mensagens.

Associado a isso, a interação entre os alunos e os professores e os diálogos, que mormente ocorreriam no espaço da sala de aula, passaram a ser difundidos para agentes até certo ponto externos à dinâmica em sala de aula, como os pais e responsáveis e a própria direção e coordenação. Noutras palavras, a sugestão dada pelo aluno para trabalhar a temática LGBTQIA+ não teria gerado tamanha repercussão, caso tivesse ocorrido nos limites da sala de aula. No excerto extraído do jornal Correio Braziliense, somos informados de que a direção da escola havia criado o grupo e, ao incluir pais e responsáveis, nota-se uma amplitude maior de agentes que não estaria presente e, em tempo integral, no espaço da escola.

Não queremos aqui defender que as famílias estejam alheias ao que se passa em cada sala de aula; contudo, é visível uma dada entronização de uma moralidade que condena a simples menção à comemoração do mês de orgulho LGBTQIA+ e a imediata proibição do tema, de maneira a evidenciar uma espécie de polícia discursiva acerca da problemática de gênero e sexualidade. Segundo Lopes e Brandão (2018), há uma associação entre o público LGBTQIA+ e uma influência pernicioso na constituição da sexualidade infantil, de modo que a única forma de controlar os perigos que sondam a sexualidade é enxertá-la no esteio da família, da heterossexualidade e do casamento monogâmico. Conforme as materialidades jornalísticas, nos

discursos das mensagens enviadas pelas famílias e por membros da escola, erigem-se vontades de verdade marcadas prioritariamente pela cólera e indignação e ainda por certa desconfiança acerca da identidade do autor da mensagem: “Boa noite. Sou mãe de um aluno a mensagem a cima e um absurdo”, “Quem é vc por favor? Retire seu comentário, por favor. Muito obrigada. Diretora”, “Tire essa pessoa do grupo. Cada coisa que temos que ver”.

Os procedimentos de controle dos discursos funcionam, no caso em análise, por meio de comentários desabonadores acerca do teor da mensagem, através da exclusão desta, seguindo a propriedade existente no aplicativo *WhatsApp*, bem como a expulsão do discente do grupo. Em resumo, as condições sociotécnicas possibilitam a interdição de determinados discursos, bem como a sumária retirada de membros do grupo, de modo a controlar quem pode proferir certos tipos de dizeres. É através de relações de poder socialmente instituídas que os sujeitos enunciativos inserem-se numa posição de legitimidade. Vejamos que há uma explícita identificação de quem enuncia sobre o incômodo gerado mensagem e a solicitação de sua exclusão, por meio da referência à “mãe de um aluno” e à “diretora”. Essas posições enunciativas assentam-se no lugar do controle e da ordem social e de um saber atrelado a um dado valor atribuído à família, especialmente quando pensamos no governo do corpo e da subjetividade infantis.

Como apontam Cotta e Pocahy (2018), essas posições firmam-se sobre uma concepção de infância como algo a ser continuamente resguardado, como se as crianças fossem seres alheios ao que estão fazendo, não soubessem do que gostam, sendo incapazes de construir sua própria concepção de mundo; em suma, seriam seres sem agência e deslocados da história e da cultura. Não é isso que vemos quando conversamos com as crianças de hoje, ainda que existam diferentes modos de ser criança, em função de uma diversidade de marcadores sociais; mas, globalmente falando, os infantes têm acesso a uma diversidade de informação, com ênfase no contato com as tecnologias digitais, as quais têm impactado de modo fulcral na constituição de tais sujeitos.

É ainda digno de nota destacar o questionamento acerca da identidade do sujeito responsável por sugerir realizar um trabalho com a temática LGBTQIA+. Nesse sentido, ressoa, nessas indagações, um efeito segundo o qual o grupo poderia ter sido invadido por terceiros, tendo em vista o espanto ocasionado através da mensagem e uma visão de que os alunos daquela turma, naquela faixa etária específica, não teriam acesso a esse tipo de informação. O pedido de retirada “dessa pessoa do grupo” igualmente realça essa incompatibilidade do sujeito enunciativo da mensagem com o que seria desejável no âmbito do grupo, considerando a percepção dessas vozes revoltadas. O pavor que as discussões sobre diversidade sexual e de gênero despertam, especialmente no cenário contemporâneo de recrudescimento do conservadorismo, leva-nos a pensar, seguindo a visão de Barzotto e Seffner (2020), que educar crianças hoje se tornou um empreendimento marcado por polêmicas, disputas e ameaças. Certamente o caso aqui em relevo não é isolado. De acordo com uma pesquisa realizada, em 2019, pela Fundação Tide Setubal, intitulada *Conservadorismo e questões sociais*, a temática LGBT foi a que mais despertou resistência por parte dos entrevistados. Conforme o levantamento, muitos deles analisam que ser *gay* virou uma “modinha” e que as políticas de

esquerda foram responsáveis por uma incitação à homossexualidade no espaço escolar. Na opinião dos ouvidos pelo estudo⁷, as crianças, pelo fato de ainda não terem desenvolvido plenamente a sexualidade, poderiam ser inclinadas a serem LGBT quando expostas a discussões sobre essas práticas na escola.

No caso em foco, a alusão a algumas siglas do movimento LGBTQI+ foi o suficiente para engendrar uma situação vexatória e cercada por intimidações e constrangimentos, mostrando, pois, como a liberdade de ensinar e de aprender, constitucionalmente assegurada, encontra-se sensivelmente abalada. Para Seffner (2020), a escola representa instituição principal e certamente a primeira em que crianças e adolescentes lidam com uma pluralidade de experiências de vida, especialmente a partir de marcadores sociais da diferença, como raça, classe, gênero, religião, posição política, origem geográfica, dentre outros. Privar os alunos de acessarem a informação adequada e científica acerca dos diversos modos de existência e desenvolverem atitudes respeito e reconhecimento da diversidade redundam no fortalecimento da intolerância e na dificuldade em lidar com a alteridade, no sentido de exercê-la, de forma ética e dialógica.

Acompanhando o desenrolar do discente de Campinas, constatamos que o tom ameaçador presente nas mensagens do grupo ganhou contornos mais amplos, especialmente quando uma funcionária da escola ligou para o celular do garoto. A partir de relatos fornecidos pela família da criança, reportados em matéria na Folha de S. Paulo, vemos: “Quando eu cheguei em casa, ele estava em ligação no viva voz e ela gritando com ele, dizendo que ele colocou um absurdo no grupo. Mandou retirar a mensagem imediatamente senão removeria ele do grupo. Ele pedia calma, mas ela não parava de gritar com ele” (FOLHA DE S. PAULO, 2021, s.p.). Foucault (1995) realça que o poder também pode ser exercido através da ameaça. Ocorre essa prática no abuso de autoridade da funcionária da escola, pois esta se utiliza de sua posição profissional para impelir o discente a apagar a mensagem, sob pena de ser removido do grupo. Todavia, conforme vimos na seção anterior, o poder existe em contínua ligação com as estratégias de resistência. Desse modo, a família da criança reage ao mal-estar gerado, inclusive mobilizando a polícia, por meio do registro de um Boletim de Ocorrência, consoante afirmamos na introdução deste texto. Além disso, a família partilhou o caso nas redes sociais e, com isso, ocorreu uma superexposição do episódio, gerando uma série de reações. A seguir, compilamos algumas postagens que circularam no *Twitter*⁸ acerca do ocorrido e delineiam, a nosso ver, o funcionamento das estratégias de resistência.

Postagem 1: Quando vejo uma noticia dessa eu já logo penso que é uma escola particular cheia de pais ricos conservadores de extrema direita, mas isso foi no Anibal de Freitas que tristeza...

⁷ A amostra foi constituída por 120 pessoas residentes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, entre 18 e 45 anos, com renda *per capita* de, no mínimo, 469 reais e, no máximo, 1.499.

⁸ Optamos por não registrar o nome dos perfis que realizaram as postagens.

Postagem 2: Aníbal de Freitas, uma vergonha para essa cidade pq, não pode fazer trabalho sobre LGBTQI+, mas pegar aluno transando na escola e fumando maconha, pode né? Não gera nada além de suspensão né?

Postagem 3: O caso do Aníbal de Freitas me assusta que só veio à tona agora, pq MUITAS pessoas já sofreram naquela escola, e nunca tiveram ajuda nenhuma

Postagem 4: Protocolei hoje uma moção que apela à secretaria de educação pela investigação de homofobia na E. E. Aníbal de Freitas, aqui em Campinas. A escola pública deve ser um espaço democrático que ouve e acolhe todas e todos nas suas diferenças.

Postagem 5: nada de novo sobre escolas sendo conservadoras (homofóbicas)... com certeza a diretora/coordenada socaram o 17...

Postagem 6: O preconceito aconteceu na escola Aníbal de Freitas de Campinas-SP! Isso é muito grave, envolve um crime análogo ao racismo, assédio a uma criança, tanto de civis quanto de uma instituição de “ENSINO”... Tem que ter consequências IMENSAS como forma punitiva e preventiva

Comentário 7: Hoje na sessão da Câmara, lembramos que o episódio de LGBTfobia na escola Aníbal de Freitas não pode passar batido. O crime acontece justamente no mês do orgulho LGBT. Uma vergonha! Ainda há muito a ser feito. E vamos fazer! A Comissão de Direitos Humanos vai intervir!

A constituição dos discursos nas postagens do *Twitter* coletadas para análise ramifica-se num efeito de surpresa (postagem 1), de vergonha e revolta (postagens 2 e 5), de uma certa “hipocrisia” advinda dos responsáveis da escola (postagem 2) conhecimento de casos semelhantes já ocorridos na instituição (postagem 3), da efetivação de uma ação junto aos órgãos responsáveis (postagens 4 e 7) e da categorização do fato como um crime (postagens 6 e 7). Nessa produção discursiva, erigem-se estratégias de resistência a postularem a necessidade de repudiar o ocorrido e punir os responsáveis. Termos como “vergonha”, “grave”, “homofóbicas” e “tristeza” indiciam linguisticamente a posição dos sujeitos enunciadore em relação ao caso. Sendo unísona a essas outras vozes que reivindicam uma postura por parte de instâncias regulamentadoras e produtoras de saber, como a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e a Secretaria Estadual de Educação, tem-se a constatação de que houve uma grave violação aos princípios republicanos e democráticos, porquanto a escola deve ser um lugar de acolhimento da diferença e não de exclusão (postagem 4).

O emprego de palavras em caixa alta itera o efeito de insurreição construído nas postagens, bem como o uso das aspas no termo “ensino”, denotando, pois, uma ironia no tocante à postura adotada pela escola. Além disso, vale ressaltar o fato de os sujeitos enunciadore nomearem a instituição de ensino, prática nem sempre presente no *modus operandi* do discurso jornalístico em torno do caso. A referência ao nome da escola atrela-se a essa vontade de verdade da prática reivindicatória, principalmente porque concerne a uma instituição pública, e a utilização das redes sociais com a finalidade contestatória passa, de alguma forma, por essa ânsia em expor e “dar nome aos bois”.

No desenrolar do caso de Campinas, as materialidades jornalísticas consultadas dão conta de que a Secretaria Estadual de Educação posicionou-se acerca do ocorrido e tomou atitudes cabíveis. Segundo a Folha de S. Paulo, a diretora da unidade de ensino se retratou por meio de uma carta, foi afastada do cargo e será instaurado um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Na matéria do G1, consta a informação de que a Secretaria Estadual de Educação afirmou em nota que repudia todo e qualquer preconceito dentro e fora do ambiente escolar. Na reportagem Correio Braziliense, tem-se uma passagem a qual frisa que a Seduc-SP enviará uma outra nota dedicada especificamente para o aluno e a sua família. Ademais, ainda nesta reportagem, vemos: “Na manhã de terça-feira (15/06), a escola amanheceu com cartazes que estampavam frases de respeito às diferenças colados nas paredes” (CORREIO BRAZILIENSE, 2021, s.p).

Desses recortes discursivos podemos extrair a seguinte confirmação: as estratégias de resistência deslocam as relações de poder. Ora, foi por intermédio de uma reação incisiva, de uma atitude responsiva ante o episódio ocorrido que a escola foi levada a se ressignificar, os dirigentes envolvidos foram impelidos a ser retratados, embora não saibamos exatamente qual o impacto real dessas medidas. De qualquer modo, a atitude abusiva contra o aluno não passou despercebida e, para isso, foi fundamental tornar visível o caso a partir da repercussão nas mídias sociais digitais. Concorrem, para isso, as configurações do ensino remoto emergencial, haja vista a transferência para as tecnologias digitais de interações entre alunos e professores que ocorreriam no espaço físico da sala de aula. Considerando que falar sobre diversidade tornou-se uma tarefa para a qual uma série de controvérsias entra em jogo, tornou-se relevante lançar luzes sobre o caso e convocar as vontades de verdade que asseguram o direito e a autonomia didática da escola de explorar temas contemplados nos documentos que legitimam a educação brasileira.

Considerações Finais

“O sexo é considerado culpado até que se prove sua inocência”, assevera Rubin (2011, p. 82), ao examinar os modos por meio dos quais a sociedade ocidental lida com esse fenômeno. A autora ainda frisa que nossa cultura, ao inserir a sexualidade no terreno do proibido e do pecaminoso, criou hierarquia de valores cuja escala determina qual comportamento sexual encontra-se no topo da pirâmide e quais estão mais distantes do padrão desejável. A população LGBTQIA+, resguardadas as diferenças existentes nesse grupo, distancia-se da norma e sofre o peso do estigma social. Como resultado dessa constituição histórica e cultural, apesar de todas as conquistas e garantias efetivadas nos últimos anos, ainda se nota a intensificação do preconceito e atitudes discriminatórias. Vimos isso ao longo deste texto, ao analisarmos a celeuma que se formou após um aluno de uma escola pública de Campinas, São Paulo, sugerir fazer um trabalho escolar com a temática LGBTQIA+.

No decorrer deste artigo, perseguimos o objetivo de analisar as relações de poder e as estratégias de resistência que margeiam o debate sobre gênero e sexualidade na escola, particularmente a partir da irrupção do ensino remoto emergencial, tendo como ponto de

ancoragem um estudo discursivo acerca do caso do discente de Campinas. Foi possível averiguar, a partir das análises, que as relações de poder, responsáveis pela hostilidade perpetrada contra o garoto que levantou a possibilidade de realizar uma tarefa escola com a temática LGBTQIA+, encontraram como contrafluxo as estratégias de resistência, as quais foram inicialmente mobilizadas pela família do aluno e, posteriormente, ganharam uma repercussão midiática nas redes sociais. Em razão disso, os órgãos competentes foram notificados e medidas foram adotadas, levando ao afastamento da diretora da escola e ao um certo reordenamento da posição da escola no tratamento acerca da diversidade sexual.

Não deixa de ser preocupante que a escola necessite de interferências externas e de cunho punitivo para exercer a função social que lhe cabe no esteio de toda uma legislação educacional vigente. Contudo, como a instituição escolar não é uma ilha, está suscetível de ser abalada por vontades de verdade advindas do fortalecimento de uma moralidade conservadora que encontra eco numa guinada política à direita que “[...] deseja a manutenção das hierarquias sociais e das desigualdades tais como estão, pois as consideram naturais” (SOUZA, 2021, p. 348). Para fazer frente a esse fluxo, é capital revisitar os princípios basilares da educação pública e defendê-los, com vistas a conter uma conjugação de forças que seguramente ameaçam a inserção no currículo escolar de questões e problemáticas importantes na construção de uma sociedade menos beligerante e mais justa e igualitária em relação à diversidade sexual e às questões de gênero.

REFERÊNCIAS

AMARO, Ivan; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; GANEM, Bruno Rodrigues. “Eu reboło até o chão mesmo”: vidas precárias e corpos de gênero dissidentes no cotidiano escolar, **Exitus**, Santarém, v. 11, p. 01-24, e020143, 2021. Disponível em: <http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1559>. Acesso em: 20 set. 2021.

BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNER, Fernando. Escola sem partido e sem gênero: redefinição das fronteiras entre público e privado na educação, **Rev. FAEEBA – Ed. Comp.**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, abr./jun. 2020.

BORTOLINI, Alexandre. Pode falar sobre gênero na escola? PINHEIRO, Diógenes; REIS, Cristina (orgs). In: **Quando LGBTs invadem a escola e o mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020, p. 13-43.

BRANDÃO, Elaine Reis.; LOPES, Rebeca Faray Ferreira. “Não é competência do professor ser sexólogo” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação, **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 100-123, jan./abr. 2018.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e sociedade**. Porto Alegre: Sulina, 2013. (Coleção Cibercultura).

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Um sentido para a experiência escolar em tempos de pandemia, **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109144, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/Zbk8kmDw88D3SvTJhh64Q3k/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. **Direção de escola de aluno criticado por trabalho LGBT é investigada pela Seduc-SP.** 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/06/4931735-direcao-da-escola-de-aluno-criticado-por-trabalho-lgbt-e-investigada-pela-seduc-sp.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COTTA, Rafaela; POCHAY, Fernando. Escola sem partido e sua maldita benevolência contra uma suposta ideologia de gênero: afinal, do que as crianças precisam ser protegidas? In: POCHAY, Fernando.; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. (Orgs.). **Gênero, sexualidade e geração: intersecções na educação e/m saúde.** Aracaju: EDUNIT, 2018, p. 129-148.

CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (Orgs.). **Discurso e (pós)verdade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

FEGERT, Jörg *et al.* Challenges and Burden of the Coronavirus 2019 (COVID-19) Pandemic for Child and Adolescent Mental Health: a narrative review to highlight clinical and research needs in the acute phase and the long return to normality. **Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health**, Germany, v. 14, p. 1-11, may 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Estado afasta diretora após aluno ser criticado por sugerir trabalho com temática LGBT.** 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/estado-afasta-diretora-apos-aluno-ser-criticado-por-sugerir-trabalho-com-tematica-lgbt.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. **Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 25. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal Edições, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19. ed. Ed. M. J. Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos. Org. Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamè, 2011.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **O conservadorismo e as questões sociais** [recurso eletrônico]. São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

G1. **Família denuncia preconceito contra alunos de 11 anos após sugestão de trabalho com tema LGBT em sala de aula**. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/13/familia-denuncia-preconceito-contraluno-de-11-anos-apos-sugestao-de-trabalho-com-tema-lgbt-em-grupo-da-escola.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUNARDI, Nataly Moretzshon Silveira Simões *et al.* Aulas remotas durante a pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais, **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e106662, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/GnhccHnG4mxDNdSQKDQ7ZBt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”, **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-14, 2018.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2011.

SARGENTINI, Vanice; CARVALHO, Pedro Varoni. A vontade de verdade nos discursos: contornos das *fake news*. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (Orgs.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021. p. 73-86.

SEFFER, Fernando. Disputas de narrativas em gêneros e sexualidades nas fronteiras entre cultura escolar, famílias e religiões. In: SILVA, Fabiane Pereira da; BONETTI, Aline de Lima



(Orgs.). **Gênero, diferença e direitos humanos**: é preciso esperar em tempos hostis. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 11-30.

SOUZA, Katia Reis *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia, **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, e00309141, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/RrndqvwL8b6YSrx6rT5PyFw/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SOUZA, Vitor Hugo Fernandes de. O que significa o Movimento Escola Sem (com) Partido? In: MAGALHÃES, Jonas *et al.* (Orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2021. p. 347-364.

SILVA, Francisco Vieira da; SILVA JUNIOR, Joseeldo. O elixir da cura sob suspeita: uma análise discursiva de *fake news* sobre a cloroquina checadas pela Agência Lupa, Revista **Prâksis**, Novo Hamburgo, v. 2, p. 51-72. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2502>. Acesso em: 22 jul. 2021.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.